

Angola com a paz ainda frágil

Avião abatido na Lunda Norte

MORRERAM os quatro ocupantes de um avião ligeiro do tipo Beecraft que no sábado ao fim da tarde foi abatido quando sobrevoava o Cafunfo, na Lunda Norte, ao regressar de uma deslocação ao Dundo, disse ontem ao PÚBLICO fonte governamental angolana.

Um irmão de Fernando Faustino Muteka, chefe da delegação do Governo à Comissão Conjunta para a concretização da paz, comandava o aparelho, da Sociedade de Aviação Ligeira (SAL), subsidiária dos Transportes Aéreos Angolanos (Taag), e o co-piloto era Manuel Van-Dunem, sendo o incidente atribuído a tropas da UNITA.

Aparentemente ao serviço da própria CC, numa missão Luanda-Dundo-Luanda, o pequeno avião caiu na bacia diamantífera do rio Cuango, causando assim mais um sério embaraço a todos os que estão a procurar normalizar a vida em Angola. E o Governo considera-se perante uma situação "muito grave", eventualmente devida às dificuldades de comunicação entre todas as forças em presença.

De acordo com a fonte que nos contou o caso, as autoridades pretendem que estes incidentes não se repitam daqui até 8 de Fevereiro, a data prevista para o Conselho de Segurança das Nações Unidas se reunir e, eventualmente, criar a terceira Missão de Verificação para Angola (Unavem III).

De acordo com a informação actualmente existente, os estados-maiores das Forças Armadas Angolanas (FAA) e da UNITA poderão reunir-se amanhã em Luanda, a fim de darem seguimento aos trabalhos que no dia 10 tiveram em Chipipa, na província do Huambo. E as comunicações triangulares entre a ONU, o Governo e o partido de Jonas

Savimbi seriam uma vez mais examinadas, a fim de se evitem falhas, sempre susceptíveis de originar incidentes que façam descarrilar o processo.

Para que a reunião seja desta vez na capital, conforme propôs a UNITA, o executivo deseja que os homens do Galo Negro se apresentem desarmados, à civil e sem guardacostas. Toda a segurança seria garantida pela Unavem.

O representante especial em Angola do secretário-geral Butros Butros-Ghali, o maliano Alioune Blondin Beye, de 55 anos, disse na sexta-feira em conferência de imprensa que a situação tem melhorado muito, em diversos aspectos, mas o Governo alega que lhe é muito difícil contactar o chefe do estado-maior da UNITA, general Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben".

"Ben-Ben" em questão

Beye especificou que a situação é hoje um pouco bastante melhor nas províncias do Huambo e do Uíje do que no princípio do mês, porque as tropas se afastaram cinco a 10 quilómetros umas das outras. Mas a fonte governamental, ontem contactada pelo PÚBLICO afirmou que tem havido uma série de incidentes que ainda não foram divulgados.

Quando se lhe perguntou se "Ben-Ben" não teria sido acaso substituído na chefia do estado-maior da UNITA pelo general Altino Bango Sapalalo, "Bock", conforme chegou a constar em meios políticos de Luanda, o representante da ONU respondeu não acreditar que isso tenha acontecido.

Por outro lado, a rede viária continua impraticável, em grande parte do território de Angola, porque a desaminagem

está atrasada e é operação para demorar vários anos.

Entretanto, numa repetição do que aconteceu depois de assinados em 1991 os acordos negociados em Sicóras (Portugal), grupos armados têm atacado as viaturas que ousam meter-se às estradas esburacadas. O Governo, porém, demonstra uma certa cautela ao não acusar a UNITA de tais incidentes, no último dos quais — na província de Benguela — foram atingidas três viaturas e mortas pelo menos 10 pessoas.

O que se espera agora é que os próximos oito dias decorram sem grandes incidentes e que na segunda semana de Fevereiro o Conselho de Segurança da ONU aprove para Angola uma força de pelo menos sete mil capacetes azuis, para a qual o Zimbábwe se dispõe a contribuir com um milhar de soldados, mas não se sabe muito bem de onde virão os restantes. ■

Aguilar dos Santos, em Luanda

NOITE AFRICANA

Discoteca Zoom

Sábado, 18.2.95, às 23 horas

Kizomba, Zouk, Música de Cabo Verde
e de Angola, Reggae, Timbalada,
Samba, Pagode, Axé, Dance Music,
Salsa, Merengue etc.

Continuação da pág. anterior

televisão, no tempo de antena, fomos lendo o que preconizávamos dentro daquilo que o Partido Liberal propunha fazer.

É claro que não fizemos promessas, nunca dissemos que podíamos dar o impossível, limitámo-nos sempre à nossa programação ao factor económico que se viveu e que se vive neste momento em Angola mas, de qualquer forma, dado à nossa filosofia liberal, tendo como centro o indivíduo, cuja liberdade para nós é importante, na medida em que ele é uma das peças da Nação, esse indivíduo tem que ser privilegiado, em termos de educação, em termos de emprego, em termos de poder amanhã adquirir a sua vida independente no comércio, na indústria.

Nós privilegiamos o indivíduo acima de tudo, quer dizer, damos mais atenção verdadeiramente à individualidade que à colectividade, porque o indivíduo acaba por fazer o colectivo e, nessa conformidade, o nosso programa, também inscrito no contexto da guerra, quer dizer, com a protecção de todas essas situações que já se tinham dado e que se voltaram a repetir de crianças desalojadas, crianças órfãs, famílias desagrregadas, pais desaparecidos, uns no sul, outros no norte, outros com paradero incerto, portanto, o nosso programa abrangia todas essas situações.

Fizemos uma campanha adulta, muito concreta e coerente e talvez fosse essa a razão que nos deu a possibilidade de ficar em quanto lugar no ranking das eleições, depois do MPLA, em primeiro lugar, a UNITA, em segundo, em terceiro lugar a FLNA e, em quarto lugar, o PLD. Só que esse leve a infelicidade de ter votos no círculo nacional onde vai buscar os três deputados que tem no parlamento, e não consegue ir buscar às províncias, porque as que votaram no PLD foram províncias com uma densidade populacional muito grande e, como sabe, o método de Hondo favorece os pequenos partidos.

Vou-lhe exemplificar: nós tivemos 20 mil votos no Huambo e para termos um deputado tínhamos que ter cerca de 30 mil votos, mas tivemos esses valores em diversas províncias. Em oito províncias ficámos em terceiro lugar, numa à frente o MPLA e noutras a UNITA e nós sempre tendo o terceiro lugar. Portanto, veja a força que imprimámos à nossa campanha relativamente às legislativas.

Uma mulher entre homens

NJC — Como se sente a liderar um partido, creio eu, na sua maioria formado por homens?

APS — Não tenho dúvida. Ainda hoje vive oportunidade de falar com

umas colegas deputadas cabo-verdianas e referimo-nos precisamente a esse factor que a mulher não vota na mulher. É interessante, não sei porque, isto deve ter qualquer razão psicológica, mas evidentemente que muitas poucas são aquelas que votam ou que adoram ao movimento liderado por mulheres e não há dúvida que tenho muitos mais militantes homens do que mulheres.

Dou-me bem com eles. Tenho indivíduos muito mais velhos que eu a trabalharem comigo com posições fortes dentro da direcção do partido e depois tenho uma gama de juventude muito grande na qual apostei muito e foi essa que fez um trabalho extraordinário

"Disputar a presidência da República foi um acto de coragem da minha parte, mas foi consciente, tinha que provar a mim mesma que era capaz de fazer isso e também provar às outras mulheres da minha terra e da África, por que apareço como a única mulher no contexto africano que se candidatou às presidenciais e que é líder de partido político"

durante a campanha.

A juventude masculina, alguma feminina, mas a masculina aderiu com muita facilidade ao Partido Liberal e, às vezes, estou no partido, sou a única mulher ao pé de uma quantidade de homens, não obstante as duas deputadas que nós temos serem mulheres: uma que foi em substituição do Manolo e outra que era vice-presidente do partido, que também é deputada.

NJC — Qual é o peso do seu partido no parlamento angolano?

APS — Tenho quase a certeza de que o PLD está a fazer um bom trabalho dentro do parlamento. Nós não fazemos oposição por oposição, não esta-

mos sempre a favor crítica por favor crítica, mas somos extraordinariamente objectivos e transparentes naquilo que dizemos e penso que não seria um exagero dizer que a maior parte das nossas intervenções atingem os pontos certos que geralmente pretendemos atingir.

Inclusivamente muitos dos discursos que tenho feito quando auscultamos o governo ou quando este presta contas da sua governação foram solicitados pela própria presidência da Assembleia Nacional a fim de ficarem para análise e para estudo porque realmente contém elementos importantes e situações que muitas vezes as pessoas têm certos pro-

blemas. Ainda dizer que a democracia está consolidada, já encontrou o seu terreno fértil para se consolidar.

Temos que caminhar ainda um largo tempo, vamos ver depois de os Acordos de Lusaka serem implantados no terreno, de as pessoas estarem nos seus devidos lugares como é que, entretanto, os dois grandes partidos vão reagir.

"É chegado o momento para a paz"

NJC — Mas acredita que a paz desta vez vai para ficar?

APS — O processo é irreversível,



duos de levantar e que evidentemente o PLD tem levantado. Portanto, a nossa actuação, estou convencida, está a atingir uma verdadeira bastante respectada.

NJC — Por outras palavras, está-se consolidando a democracia pluralista?

APS — Estamos a tentar, porque ainda se nota uma bipolarização muito forte. Neste momento, o nosso território gira em torno de duas grandes forças. Está praticamente paralisado, a vida está paralisada em função do espectro da guerra, do espectro bipolarizado em que se encontra politicamente e não há dúvida que, a breve trecho, não obstante continuarem a existir partidos políticos

quer dizer, se não for agora, mais dias monos dias terá que ser porque, infelizmente, como sabe, esta guerra não é só nossa. Não fomos nós que fizemos esta guerra. Há posições internacionais muito fortes, há vontades e atitudes políticas que condicionam e que levam as pessoas a fazerem um determinado número de coisas e, portanto, quer dizer, se essas mesmas grandes forças internacionais acharem que está no momento de a guerra acabar em Angola, ela vai acabar e o processo de paz entra.

Por outro lado, chegámos a um desgaste económico de tal forma que se não pararmos o mais depressa possível com todas essas acções bélicas, vamos

ter graves problemas.

NJC — Faz-lhe que os Acordos de Lusaka sejam cumpridos?

APS — Olhe, eu sou presente em Lusaka, na altura dos acordos. Não há pulmas porque ninguém hucou pulmas, mas intimamente não há pulmas pelo simples razão que achei que falhou ali qualquer coisa. E aquilo que falhou verdadeiramente foi a presença do dr. Jonas Savimbi.

Especulou-se muito que na altura estaria doente, que inclusive estaria morto, que teria tido uma trombose, especulou-se de tudo, mas de qualquer forma era necessário que aparecesse pelo menos uma mensagem, uma coisa escrita pelo punho dele, uma mensagem dada pelo rádio em que ele anuia, consentia. Essa ausência fez com que eu ficasse recioso e que ainda hoje o esteja realçando, porque já se está a ver que o dr. Jonas Savimbi já de certo modo consentiu o que se fez em Lusaka e nunca se sabe até que ponto ele vai comessar de vez e criar problemas outra vez, bastante graves.

NJC — Considera justas as suas exigências?

APS — Olhe, neste momento, já nem sei o que é que é justo ou injusto porque se entendemos realmente que as eleições foram consideradas internacionalmente como livres e justas, eles tinham perdido quaisquer privações, eles estavam nas mesmas condições que o PLD ou outro partido qualquer.

Mas como se trata de um movimento que se tornou partido, que pegou nas armas, contestou a posição do partido maioritário e, portanto, criou um cento esolito militar à volta dele, tornou-se um adversário de respeito e para que essa situação acabe definitivamente é necessário fazer-se concessões. Seja justo ou não, é necessário fazer essas concessões.

NJC — Dentre as exigências, está a realização da segunda volta das presidenciais. Como vê isso?

APS — O presidente José Eduardo dos Santos, neste momento, está a esporear da segunda volta para concluir o seu processo. Nessa conformidade, ele irá à segunda volta, estou convencida que sim, e fará a conclusão do processo, ou ganhando ou perdendo.

Agora, eu não creio que, neste momento, e dentro do espaço que o próprio protocolo de Lusaka determina, consigamos criar condições para que se faça a segunda volta das presidenciais. Serão eleições a nível nacional e, nesse momento, temos as vias interrompidas, só se pode viajar por avião e há localidades em que os aviões não chegam porque só vão às cidades principais. De maneira que, torcer para se a extensão da administração do território por todo o país, com a abertura de vias, por os governos locais a trabalhar é um trabalho muito grande e não sei se, com o aspecto militar ainda bastante candente, vão cumprir taxativamente aquilo que está estabelecido nos Acordos de Lusaka. Mas que a segunda volta tem que ser feita, tem que ser feita.

Pensar Angola

NJC — Como classifica o desempenho do governo do MPLA?

APS — Uma falha muito grande: que a governação tem é a administração pública, que não funciona, é uma máquina muito pesada e, por outro lado, não se vislumbram grandes reformas.

A PERDA DO COMPANHEIRO DE VIDA E DE LUTA

Apesar de todo este vigor, o destino não tem poupado Andréa Vitória Pereira Simão. Ocaso mais doloroso da sua vida, tendo sido o reconhecimento da sua condição de companheira de luta, em circunstâncias que já desconhecemos até hoje o que, para ela, representou. "de certo modo, uma quebra na minha posição. Tive que realmente sentir a coragem, que já não é popular, e seguir em frente, uma vez que já não podia fazer nada, isso é muito mesmo, é a vida".

Concluiu, com um ar de que a

perda de Carlos Alberto Barbosa Domes Simão, ou Manolo, como era carinhosamente tratado, "abelou-me profundamente, não só a mim, como as estruturas do partido", onde desempenhava as funções de secretário para as relações internacionais.

Uma pessoa bastante talentosa, com uma cultura forte de África e um indivíduo muito frontal, assim o reconheceu Carlos Alberto Simão, deputado eleito pelo PLD em Setembro de 1992 e que foi assassinado na sua própria residência numa alçada de manhã

quando a mulher e a sogra se encontravam ausentes.

A viúva, chamada de urgência à casa, vem encontrá-lo morto com um tiro na cabeça, "deitado numa divã à entrada da casa, numa posição como se estivesse a dormir, com uma perna em cima da outra, deitado de lado, com uma arma m407 em cima de uma perna e com o dedo engatilhado".

Para Andréa Simão, foi uma "imão em ódio" muito bem feita, uma vez que morando eles num complexo residencial para cooperantes, com quintas e

salinas, onde estavam o empregado deles, os vizinhos de quintas e as suas crianças que brincavam na varanda, ninguém se apercebeu de nada, o que leva a pensar que quem lhe tirou a vida, foi-lhe feito com uma arma silenciosa.

A polícia judiciária chegou igualmente a conclusão que não foi suicídio e que a arma que tinha na mão não foi aquela que o matou. Quem, como e porque assassinaram Carlos Alberto Simão são questões para as quais ainda não foram encontradas respostas.

Notícias Africanas

Continuação da pág. anterior

portanto, não pode haver uma consolidação política relevante sem que as instituições funcionem como deve ser.

Isso para mim é um dos grandes falhanços do governo, porque falta coerência, falta comando, falta disciplina, temos um excesso de funcionários que pesam extremamente na balança e a produtividade é quase nula.

Tem que haver uma grande reforma administrativa e depois há todo um conjunto de situações muito desagradáveis: o aspecto da corrupção, a falta de determinadas instituições que, neste momento, nos fazem falta, o tribunal de contas, o próprio tribunal constitucional, a separação de poderes da justiça com o ministério do Interior do qual aquela está dependente em certos casos, portanto, isso tudo dá uma certa confusão que, às vezes, temos dificuldades em saber como é que vai se concluir esse processo, quem é que manda, quem é que não manda e, portanto, há dificuldades muito grandes.

NJC — O semi-presidencialismo não acentua ainda mais essas dificuldades?

APS — Penso que não, mas é um conjunto de factores que acabam por se interligar, porque não há dúvida que não seria a situação ideal, mas de qualquer forma, o presidente da República tem tido uma postura coerente com o momento actual e o único erro que vejo, nesta situação, para mim, como líder do Partido Liberal, é ele presidir ao Conselho de Ministros que, quanto a mim, deveria ser presidido pelo próprio chefe do governo. E aí começa a tal confusão porque ele deveria estar isolado, supra, para poder tomar uma posição firme quando alguma coisa corresse mal.

Uma outra coisa que não é muito correcta é termos um presidente que, como líder de partido político, é homólogo dos vários líderes de partidos políticos e depois apresenta-se na qualidade de presidente da República, quer dizer, é um bocado difícil a leitura desta posição.

NJC — É o presidente do parlamento como tem desempenhado as suas funções? Tem sido bom?

APS — Não sei se vai acreditar ou não em mim, mas é a tal coisa: não critico por criticar, mas não há dúvida que, ao princípio, quando o parlamento começou a funcionar, as opiniões pensavam que ele iria favorecer necessariamente o seu partido.

Mas realmente não sucedeu isso e tem-se verificado que o Dr. França Vândim tem sido uma pessoa extraordinariamente equilibrada, que consegue criar situações bastante confortáveis dentro do parlamento, dando-nos todas as hipóteses de criticar, de pôr os nossos problemas.

Mesmo em termos de comportamento social, reúne condições, com as hancas da oposição e com a da situação, trocamos impressões, vemos o que é melhor no conjunto, porque, repare, neste momento, também temos um problema que é muito grave, independentemente das nossas diferenças políticas, existe um problema que é fundamental para todos: a Nação cae em que se encontra, os graves problemas sociais que aparecem todos os dias, os desalojados que existem por toda a parte, que não têm casa, comida, onde não há medicamentos, não há hospitais, não há nada.

Quer dizer, nós esquecemos um



"PENSAR A PÁTRIA COMUM"

bocado as nossas diferenças para pensar a Pátria comum, porque, neste momento, o conceito de Nação é mais forte que as nossas diferenças políticas. Claro que, logo que esta situação militar estiver resolvida, aí vamos começar a ser oposição de facto, vamos lá ver se temos as mesmas hipóteses que temos tido até agora, mas não há dúvida que vamos ter que ser muito sérios nesta nova conjuntura depois da guerra porque o país necessita realmente de uma mão forte e o parlamento pode ser essa mão.

NJC — Tanto mais que funciona com todos os seus deputados profissionalizados. Que vantagens ou desvantagens terão esta opção?

APS — Tem vantagens e desvantagens porque os deputados, independentemente de terem fama de que ganham muito bem, que ganham em dólares, que têm prerrogativas e têm regalias extraordinárias, é mentira. Ganhamos em cuantias, um salário extraordinariamente baixo para o custo de vida actual e dado a isso muitos de nós viram-se para outros sítios. Montam uma empresa ou trabalham a *part-time* aqui e acolá e vão-se virando mais de qualquer forma, sempre se consegue arranjar um tempinho para se ir às províncias para contactar o eleitorado.

UNITA no parlamento

NJC — Alguns observadores defendem que a ausência de quase 60 deputados da UNITA faz com que não exista uma oposição de facto?

APS — A ausência desses deputados faz-nos uma falta extraordinária, mas já temos ali valores que realmente contestam e põem problemas muito objectivos. Só que em termos de tomadas de posição, a oposição pode juntar-se, reunir-se, independentemente dos seus partidos, e tomar uma determinada posição dentro do parlamento. Temos feito diversas vezes isto, mas sentimos a falta de peso porque acabamos por ser vint e prontos e que realmente não tem peso perante os 129 deputados do

MPLA.

NJC — Com o cumprimento dos acordos de Lusaka e a possibilidade de os restantes deputados da UNITA tomarem o seu assento no parlamento, como é que fica a situação dos deputados já em funções, uma vez que estes já foram considerados quase "disidentes" pelo movimento?

APS — Neste momento, passa-se um caso interessante sobre esse aspecto porque os deputados que estão no parlamento da UNITA têm sido muito contestados pela outra parte da UNITA. O facto é que foi um acto de coragem na altura quando a guerra começou e eles ficaram em Luanda e houve determinação de problemas, ficaram de certo modo sob custódia das autoridades, mas isso não foi o que influenciou realmente a posição deles para o parlamento. Eles também tinham necessidade de mostrar aquilo que eram capazes de fazer e tomar posições porque eles não tinham qualquer contacto, penso eu, com a direcção da UNITA e, portanto, estavam numa posição amiga durante quase dois anos era extraordinariamente difícil. Esse assunto foi posto em Lusaka

durante a feitura dos acordos e ficou estabelecido que esses deputados mantêm-se e depois a direcção da UNITA, entre eles, internamente, irá gerir esse conflito.

NJC — Mas poderá dar-se o caso de terem de se tornar independentes, uma figura que o vosso regimento não contempla. Como resolver a situação, caso venha a surgir?

APS — O nosso Regimento é omissivo, mas também não sugere que eles possam sair do parlamento, pois, não perdemos mandato. Portanto, ao não serem admitidos no seio parlamentar da UNITA, manter-se-ão como deputados, desligados da UNITA e passarão automaticamente a independentes. A lei, portanto, é omissiva e vai ter que admitir.

Projectos futuros

NJC — Além da sua intenção de se recandidatar de novo à magistratura máxima do seu país, que outros projectos futuros tem?

APS — Neste momento, estou a tentar consolidar não só todas as estru-

turas partidárias a nível provincial, criando condições, sedes e as infra-estruturas necessárias para o bom andamento do partido como simultaneamente estou a fazer contactos internacionais para troca de impressões e ajudas que eventualmente possa vir a ter de partidos homólogos.

O trabalho não tem sido muito rápido mas já tivemos alguns contactos muito positivos com a Internacional Liberal que pensamos que, dentro de um espaço relativamente pequeno, poderemos vir a pontenciar. Isso para nós é bastante positivo porque ela está sediada na Europa e dentro da grande família liberal estou a criar as condições necessárias para que evidentemente possa vir a ter alguns apoios e uma ajuda no campo literário como no campo de bolsas de estudo para vários militantes.

Tenho agora um convite através dos republicanos dos EUA para ir ao Kénia onde vão promover um seminário sobre as eleições em África. Convidaram-me através da minha filha que estave 35 dias nos Estados Unidos a convite do governo americano onde foi precisamente ver como é que se faziam eleições nesse país.

São estes os projectos e o objectivo do partido é consolidar a sua posição interna, criar condições de trabalho reais a nível nacional e depois tentar alcançar objectivos muito mais profundos com a nossa filiação na Internacional Liberal.

NJC — E com Cabo Verde?

APS — Foi a primeira vez que vim a Cabo Verde, não obstante conhecermos partidos políticos de ler nos jornais, de ouvir algumas posições que se tomaram neste país. Não tinha tido ainda a possibilidade de contactar directamente e gostaria de ter tido contactos antes como os que tivemos agora e é bem possível que inscrido neste contexto de conhecimento e de uma grande aproximação que temos, nós possamos vir a trocar impressões muito positivas com os partidos políticos de Cabo Verde.

Do vosso país levo uma extraordinária impressão e não me canso de dizer que o povo de Cabo Verde é extraordinariamente nacionalista e extraordinariamente corajoso porque o desafio que vocês têm neste território agreste, em que chove pouco e não têm grandes possibilidades de riqueza, vocês conseguiram um autêntico milagre e tive uma sensação de orgulho em ver como é que cidadãos africanos conseguiram desafiá-lo e continuam atentos a estes desafios. Estou a favor um país a sério.



"Independentemente das nossas diferenças políticas, existe um problema que é fundamental para todos: a Nação no caos em que se encontra, os graves problemas sociais que aparecem todos os dias, os desalojados que existem por toda a parte, que não têm casa, comida, onde não há medicamentos, não há hospitais, não há nada"

▪ Abolicionismo e memórias raciais ▪ Industriais raciais ▪ S T U D I O S na América pós-fordista ▪ nidos: um diálogo que f-ia racial ▪ O R-ina: E S T U D I O S AFRO-ASIÁTICOS ▪ perspectiva conjunta UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES: ▪ Eleições na África do Sul: uma visão de primeira mão ▪

Direitos Humanos na Guiné-Bissau

A situação melhorou mas as torturas continuam

PÚBLICO, 28.1.95

FOI A Liga Guineense dos Direitos do Homem, que acaba de ser admitida na Federação Internacional dos Direitos do Homem, que conseguiu a abolição da pena de morte na Guiné-Bissau. Tenta agora que sejam julgados os responsáveis, incluindo um ministro, da tortura e morte de um antigo militar. De passagem por Lisboa, a sua vice-presidente, Elsa Camacho, não tem "ainda" queixas do novo Governo. Excepto por impedir que a Liga volte a visitar as prisões, ou porque as prisões arbitrárias continuam e as torturas também.

PÚBLICO — A Guiné-Bissau viveu, até Julho do ano passado, sob um regime autoritário. Com as primeiras eleições multipartidárias, ficou mais facilitado o trabalho dos activistas dos direitos humanos?

ELSA CAMACHO — O que posso dizer é que, ao contrário do que aconteceu com o anterior Governo, com quem tivemos algumas dificuldades, com o actual, formado há cerca de três meses, ainda não tivemos nenhum conflito. Pela abertura que nos têm dado, parece-nos até que os governantes estão mais acessíveis em matéria de direitos humanos. A princípio, tomaram-nos como mais um partido político, mas, agora, penso que já sabem que só queremos ajudar.

P. — O que é que aconteceu com o anterior executivo?

R. — Sofremos, por exemplo, três atentados. Em Novembro, o carro do nosso presidente foi incendiado e o presidente do Conselho Fiscal foi agredido de noite, por polícias. Em Outubro, o carro do responsável pela formação de quadros foi alvejado a tiro, também por polícias. Alguns órgãos de informação também se referiram à associação como a "liga dos direitos dos bandidos".

P. — Porquê?

R. — Porque exigíamos o julgamento dos responsáveis pela tortura e morte, em Setembro de 1993, de um antigo

membro das Forças Armadas, Ussumane Quadé. Aliás, continuamos a exigí-lo, porque até hoje nada foi feito. Os suspeitos foram presos e assim mantidos sem julgamento — contra o que também protestámos, pois uma detenção sem julgamento ofende igualmente os direitos humanos —, mas depois foram libertados. Dissemos ao Governo que os julgasse, mas este preferiu libertá-los ao fim de nove meses. E nós temos provas de que o principal culpado foi o próprio ministro do Interior, Abubacar Djaló.

P. — O vosso trabalho está frequentemente na fronteira do político. Como é que conseguem evitar um envolvimento excessivo na política?

R. — Somos uma organização não governamental. Os nossos estatutos impedem, por exemplo, que um dirigente partidário possa ser ter um cargo de liderança na Liga. Houve três casos de dirigentes que abandonaram a Liga por quererem assumir cargos partidários. Temos, além disso, o cuidado de centrar o nosso trabalho nas questões humanitárias.

Outro exemplo, o da nossa luta pela abolição da pena de morte. Fizemos um memorando, que enviamos à Assembleia Nacional e ao Presidente da República, solicitando o fim da pena capital na Guiné-Bissau. Esta foi aplicada quase sempre em questões políticas. Fizemos marchas, campanhas, palestras, seminários, a condená-la e enviamos as conclusões ao Governo, exigindo o seu fim. O Governo respondeu que ia abolí-la e, seis meses depois, sempre sob uma pressão permanente, ela desapareceu das leis.

P. — Mas disse que têm muitos mais problemas...

R. — A maioria da população não conhece sequer os seus direitos. A vida económica e social dos guineenses é muito difícil, o salário não chega. A liberdade de circulação de pessoas entre os países da CEDEAO [Comissão Económica dos Estados da África Ocidental] tem levado ao aumento da criminalidade no nosso país. O Ministério do Interior aproveitou a situação e, nos programas que tinha na rádio, acusava a Liga de ser a responsável pelo aumento

da criminalidade na Guiné-Bissau, por ter sido a Liga que lutara contra a pena de morte. Houve quem, entre a população, acreditasse nisso e ficasse contra a Liga. É que havia pouca criminalidade e ela conheceu entretanto, de facto, um incremento, mas não pelos motivos apresentados à população. Tivemos mesmo de fazer um encontro de reflexão, público, com a presença até de organismos estatais, para se conhecer a verdade. A televisão fez um programa sobre o tema. E as coisas têm vindo a mudar. Além do nosso boletim, temos um programa radiofónico duas vezes por semana. Vamos começar agora uma nova campanha de educação cívica.

O controlo das prisões

P. — Entre as reformas propostas pela comissão multipartidária encarregada de preparar as primeiras eleições gerais, inscreviam-se algumas de reforço de direitos como não se ser detido arbitrariamente, submetido a tortura ou a julgamento injusto. Isto é hoje verdade?

R. — Legalmente, sim, são direitos que estão na Constituição, mas, na prática, não é assim. Continuam a ocorrer detenções sem culpa formada e tortura. Desta, podemos apresentar casos concretos e até fotografias. Tem sido a polícia que tem feito esse trabalho.

P. — Mas a Liga debruça-se sobre outros direitos que constam da Declaração Universal dos Direitos do Homem, como os económicos e sociais...

R. — Sim, claro. Foi o caso do contencioso entre o Sindicato dos Professores e o anterior Governo, por questões salariais. Num encontro, o ministro da Educação, Delfim da Silva chegou mesmo a puxar de uma pistola e a disparar para o ar. A Liga formou depois uma comissão para o diálogo, incluindo outras pessoas de prestígio, como o bispo da Guiné, enviando a lista das pessoas ao executivo e propondo-se mediar o diálogo. Mas, depois, as negociações começaram e nós fomos afastados. Recentemen-

te, os problemas voltaram, com ameaças de greves.

P. — As crianças são uma outra preocupação vossa...

R. — Sim, porque, por exemplo, desde muito cedo desempenham trabalhos inadequados. A nossa população ainda não assumiu que as crianças em idade escolar têm mesmo de ir à escola. Aqui, as nossas campanhas, com o apoio da UNICEF, são para sensibilizar as mães nesse sentido. Neste caso, temos o apoio de um gabinete jurídico, criado por uma organização humanitária alemã.

P. — Têm outros apoios exteriores?

R. — Sim, da Holanda, Suécia, Estados Unidos e França.

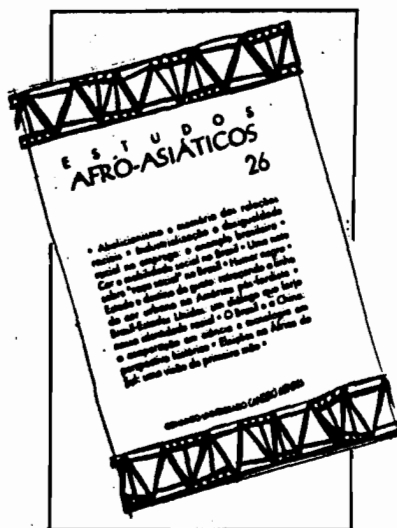
P. — Para além da questão de Ussumane, que outras lutas têm entre mãos?

R. — A educação cívica, a formação de formadores em direitos humanos, a criação de uma disciplina de direitos humanos nas escolas, projectos de legislação sobre menores, deficientes e ambiente e, enfim, lutar contra a impunidade na Guiné-Bissau. Continuar as visitas às prisões, que o Governo passou a atrapalhar...

P. — Como?

R. — Sempre que visitávamos as prisões, fazíamos depois um relatório, que entregávamos ao Governo, com as nossas impressões. Mas este começou a ver as visitas com maus olhos. Da última vez que solicitámos autorização para visitar uma prisão, não recebemos resposta. Mas vamos insistir. ■

Fernando Sousa



Estados Gerais do PS discutiram direitos das famílias imigrantes

Os desafios do reagrupamento familiar

Luis Miguel Viana

Família da Índia, nascimento em Moçambique, nacionalidade portuguesa. Já a trabalhar em Portugal, há um par de anos o jovem recebe a mensagem: "Famílias já combinaram, o teu casamento é em tal dia." Passados dois anos, o casal quer reunir-se, viver em Lisboa. Só que o SEF recusa à cónjuge do cidadão português o visto de residência.

Hoje a família já está reunida", revela por fim o contador da história do jovem casal luso-indiano, João Labescat, para tranquilidade e consolo da assistência dos Estados Gerais Para Uma Nova Maioria, do Partido Socialista, ontem reunidos num hotel de Lisboa para discutir os "Direitos das famílias imigrantes".

E João Labescat explicou a razão do problema já estar resolvido: felizmente, ambos os esposos eram filhos de famílias abastadas e conseguiram meter uma "cunha" no Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). A conclu-

são viria em jeito (partidário) de moral da história: "Com este Governo, o problema só pode ser resolvido com uma 'cunha', nos próximos anos espero que os reagrupamentos familiares se façam de forma normal."

Foi a José Leitão que coube a primeira intervenção dos Estados Gerais, para expor e enquadrar o tema. Recordou o direito de todas as pessoas à vida privada e familiar — inscrito em várias convenções internacionais das quais Portugal é signatário — e, antes de lançar a discussão, concluiria com uma evidência: "Estamos atrasados, no nosso país, do ponto de vista jurídico e de consciência cívica."

João Labescat tentou fazer o diagnóstico da situação em ambos os pontos de vista. Do ponto de vista jurídico, apesar de forma um pouco vaga e não explícita, a Constituição portuguesa consagra o direito ao reagrupamento familiar, tanto na união dos cônjuges, como no acompanhamento dos filhos, como ainda — ponto geralmente esquecido — no chamamento e reunião dos idosos das famílias imigradas. Só que tal direito está condenado a ter um valor meramente semântico, "já que não há decretos-leis regulamentares que concretizem nas leis gerais os princípios da Constituição".

"Saúde da sociedade"

Acresce a isto que as leis não prevêm casos como dos imigrantes de países em guerra, como Angola, em que percentagem de uniões de facto é muito grande, ou de imigran-

tes de credo islâmico, com mais de uma esposa. Em suma, concluiria João Labescat, "é necessário que o Estado encare o reagrupamento familiar como uma questão de saúde da sociedade e de funcionamento da democracia".

Coube ao sociólogo Arnaldo Andrade fornecer dados recentes das comunidades imigradas em Portugal. Em Portugal há, basicamente, três tipos de imigrantes. Os que têm nacionalidade portuguesa, na sua maior parte naturais das ex-colónias que depois do 25 de Abril optaram por ser portugueses mas que, devido às comunidades em que se inserem e aos laços que mantêm com os países de origem, têm uma "praxis" típica de imigrantes.

Há depois os que têm autorização de residência, os "imigrantes legais", contabilizados em Dezembro de 1993 pelo SEF em 131.592 (destes, 28% são de origem europeia, 42% africana e 25% americana), devendo-se somar a este número mais 40 mil, fruto da campanha extraordinária de legalização de 1994. Há, finalmente, os imigrantes clandestinos dos quais, obviamente, não há números exactos. Calcula-se, no entanto, que o número total dos três tipos de imigrantes de origem africana ronde os 350 mil, a maior parte instalada nos distritos de Lisboa e Setúbal.

"Bomba demográfica"

Estas comunidades têm características muito específicas. Observe-se a composição do movimento migratório segundo o período de chegada por comunidade de origem (ver gráfico de barras). Antes de 1974, temos a típica emigração económica,

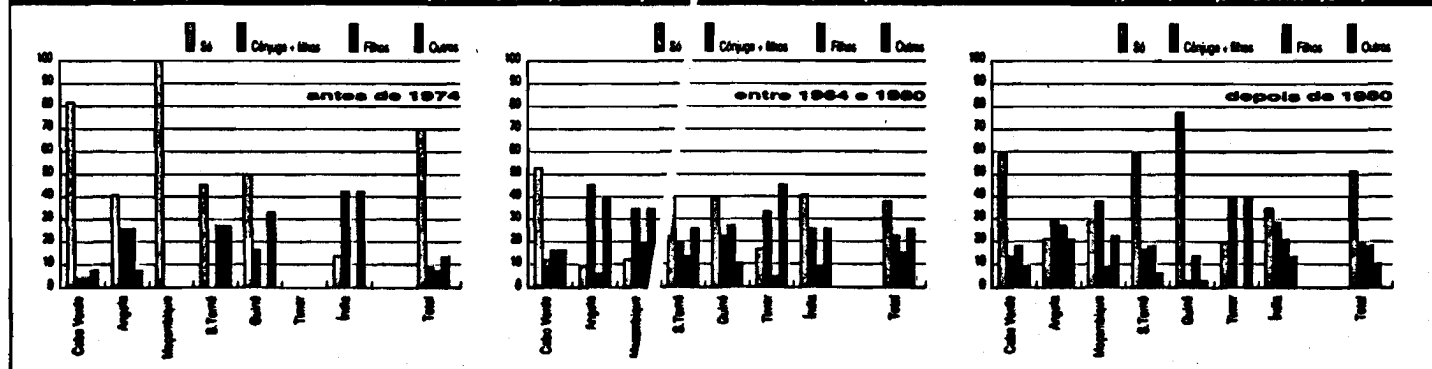
formada, na sua esmagadora maioria, por homens que chegaram sós a Portugal. Neste período, o número de cabo-verdianos e moçambicanos bate todos os outros.

Entre 1974 e 80, a descolonização traz para Portugal cada vez mais agregados familiares e menos indivíduos sozinhos. E depois de 1980, quando a guerra ou as dificuldades económicas se tornam duras nos países africanos que a emigração regressa ao padrão anterior aos anos 70. Novamente o número de homens sós volta a subir, a maior parte deles, agora, chegados da Guiné.

Temos assim que, actualmente, aumenta cada vez mais a pressão de imigrantes que pretendem reagrupar as suas famílias. Para tal contribui o facto de serem precisamente os homens sós os que apresentam o maior nível de poupança (a diferença entre o que ganham e o que gastam), pretendendo em muitos casos criar condições para um dia acolher a família em Portugal.

Para além deste movimento demográfico inevitável, existe ainda aquilo que Arnaldo Andrade chamou "uma autêntica bomba demográfica". É que a segunda geração, só na faixa etária dos 0-14 anos, representa cerca de 43 por cento da comunidade imigrante (sensivelmente o dobro da relação percentual da população portuguesa). Isto significa que, para além de emergentes desafios a nível do ensino e de integração social desses jovens, "haverá para cada emprego hoje ocupado por um pai, dois ou mais filhos a concorrer". ■

Composição do movimento migratório segundo o período de chegada por comunidade de origem (em percentagem)



Mais de dois milhões de crianças moçambicanas sem escola neste ano lectivo

Analfabetismo por sorteio

PÚBLICO, 30.1.95

José Pinto de Sá, em Maputo

O ténue alargamento da rede escolar moçambicana ficou comprometido devido à expansão demográfica e ao regresso dos refugiados. O direito à matrícula nas escolas superlotadas foi então disputado por sorteio, num cenário de incúria e suborno nunca antes visto. O ministro garante que não sabia de nada.

Em Moçambique, mais de 2,6 milhões de potenciais alunos não terão este ano acesso aos vários níveis do ensino primário e secundário, o que corresponde a mais de 60 por cento das candidaturas. As escolas anunciaram então aos estupefactos encarregados de educação que os poucos lugares existentes seriam disputados por sorteio no grupo etário atribuído a cada classe.

Na primeira classe, para cima de um milhão de crianças com seis e sete anos não entrou, indo engrossar o número dos analfabetos. "A questão de fundo é a falta de lugares", explica o ministro da Educação, Arnaldo Nhavoto. O rápido crescimento demográfico e o regresso dos refugiados anularam a imperceptível expansão da rede escolar, agravando um problema que já é crónico em Moçambique.

A incapacidade dos sucessivos governos para encontrar soluções vem piorando a situação herdada do colonialismo. O índice de analfabetismo situa-se acima dos 90 por cento e continua a crescer.

Se o problema da falta de vagas não é novo, inesperada foi a solução tentada este ano, sendo a atribuição de lugares feita por sorteio. A inovação, além de insólita, revelou-se a todos os níveis desastrosa, gerando mais corrupção, atrasos e despesas, e levantando um coro de protestos de todos os quadrantes nacionais. A indignação estendeu-se à própria imprensa governamental, quando o ministro se escusou a assumir responsabilidades e atirou com as culpas para a Direcção de Educação da Cidade. "Nós aqui, no Ministério da Educação, para além de não termos sido consultados antes, não concordamos com esta alteração e não a aprovamos", afirmou o ministro.

"Quando abordei os elementos da Direcção de Educação da Cidade, informaram-me que o sistema montado tinha sido estudado mais de seis meses", declarou Nhavoto. Garante que as

mudanças foram feitas "à margem do Ministério da Educação": "Quando procurei me informar sobre o sistema [de matrículas por sorteio], verifiquei que aqui dentro do ministério ninguém conhecia, ninguém estava informado."

Os alunos e os encarregados de educação também não estavam informados, mas rapidamente se deram conta de que a mudança fora para pior. Dirigiram-se às escolas para adquirir o impresso de candidatura ao sorteio, aguardando durante horas em bichas intermináveis, as primeiras de muitas a suportar no processo de matrícula.

Na Escola 16 de Junho em Maputo, o PÚBLICO pode presenciar uma funcionária anunciar que os impressos para as candidaturas ao sorteio já tinham acabado, embora a sua venda só tivesse começado dois dias antes. De vez em quando, contudo, a mesma funcionária chamava por um nome. Uma pessoa destacava-se da multidão e entrava para a secretaria, cuja porta voltava a fechar-se de imediato. Seia, momentos depois, com um rolinho de papéis na mão.

O dinheiro que se desembolsava primeiro destinava-se portanto a comprar a oportunidade de adquirir o impresso para participar no sorteio. Alguns pais pagaram várias vezes, já que candidataram os filhos aos sorteios de várias escolas em simultâneo, para aumentar suas probabilidades de ingresso. No entanto, não terá sido só o factor sorte a decidir. Há suspeitas de que em numerosas escolas se registaram casos de pré-selecção de boletins de candidatura, apurados antes do sorteio começar, por obra de nepotismo ou suborno.

Apesar do sorteio ter posto de lado mais da metade dos candidatos, as bichas para a compra do boletim de matrícula foram intermináveis e unicamente contornáveis pelo suborno. Conseguido o ambicionado impresso, era preciso selá-lo e reconhecer a assinatura,

um ritual da burocracia colonial que foi preservado. O reconhecimento da assinatura, só por si, originou novas e infundáveis filas diante de tabacarias e notários. A cidade de Maputo, por exemplo, com os seus dois milhões de habitantes, conta apenas com três notários.

Ultrapassadas todas estas dificuldades, chegou finalmente a hora do pagamento das matrículas. Mas, para pagar, era preciso pagar primeiro. Ao fim de dias à espera numa bicha que não avançava, os candidatos viram aproximar-se a data limite e a multa consequente, fizeram as contas e renderam-se uma vez mais à lógica do suborno.

Uma mãe maputense revelou que tinha pago mais de cem mil meticais (cerca de 2300 escudos) de subornos para conseguir a

admissão de uma criança na Escola Secundária Estrela Vermelha. Oficialmente apenas oito mil alunos se podiam matricular.

A corrupção no ensino não é nova. De modo crescente nos últimos anos, muitos professores já vinham vendendo notas a troco de dinheiro ou dos favores sexuais das alunas. Em grande parte atribuível aos salários de miséria do professorado, esta situação estende-se agora por todo o país, tanto às cidades como às zonas rurais.

No distrito de Malema, em Nampula, uma camponesa queixou-se: "Tive que entregar dois sacos de feijão para conseguir

Continua na pág. 8

UNAVEM III Beye desmente rumores

PÚBLICO, 29.1.95

O MEDIADOR das Nações Unidas em Angola, Alioune Beye, desmentiu na passada sexta-feira a indicação de um general português para o cargo de Chefe do Estado-Maior adjunto do contingente de sete mil capacetes azuis que, a partir do próximo dia 8 de Fevereiro (data em que expira o mandato da UNAVEM II) começam a desembarcar em Luanda.

Informações nesse sentido começaram no fim da semana a circular em Luanda e Beye fez questão de se desmarcar. "É mentira que alguma vez tenha dito que o futuro comandante adjunto da UNAVEM III será de nacionalidade portuguesa", disse o diplomata maliano, dando a entender que a questão nem sequer foi abordada com o primeiro-ministro Cavaco Silva na sua recente deslocação a Lisboa, como se admitia nos meios jornalísticos angolanos.

Perante uma pergunta directamente colocada pelo PÚBLICO, Alioune Beye insistiu em falar de "informações fantasiosas" destinadas a "agravar o contencioso existente entre Portugal e a UNITA" a partir do chamado caso OGMA.

Nos meios políticos locais

predomina a ideia de que a escolha de um oficial português para as funções de comandante adjunto da UNAVEM III esbarra com a total oposição da UNITA, deixando o Governo de Luanda numa posição embaraçosa. Um diplomata europeu na capital angolana disse entretanto ao PÚBLICO que, "por si só o caso OGMA não chega para sustentar definitivamente a posição inicial da UNITA, que é de total rejeição à presença de um general português nesse cargo". A mesma fonte diplomática admitia que a postura do movimento do Gato Negro pudesse evoluir por forma a "facilitar as coisas" a favor de Lisboa.

Falando na passada quarta-feira numa reunião do Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana (OUA), o chefe da diplomacia angolana, Venâncio de Moura, excluiu da participação no contingente de sete mil capacetes azuis elementos de "todos os países que, directa ou indirectamente, se envolveram no conflito angolano", o que, segundo o ministro, não é o caso de Portugal.

"O Governo português desempenhou um papel importante nos acordos de Bicesse (Maio de 1991) e a sua postura até à assinatura do Protocolo de Lusaka (Novembro de 1994) tem sido globalmente apreciada pela comunidade internacional", afirmou Venâncio de Moura, que espera continuar a ver Lisboa como protagonista de "um papel importante no processo de paz angolano". ■

Aguiar dos Santos,

Justiça lusófona discute na Praia

PÚBLICO, 31.1.95

OS MINISTROS da Justiça dos sete países de língua portuguesa, com excepção do Brasil, iniciaram ontem, na Cidade da Praia, a sua quarta conferência. Tendo Lisboa como locomotiva principal, a iniciativa visa fundamen-

talmente criar uma "Casa Comum Jurídica" entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Portugal.

Ao discursar na abertura solene do encontro, o chefe de Esta-

do cabo-verdiano, António Mascarenhas Monteiro, realçou o facto de "a Justiça se ter constituído no domínio específico de concertação e cooperação entre os nossos países". Para Mascarenhas Monteiro, importa "trabalhar conjuntamente, dialogando e aprendendo uns com os outros". Tal ponto de vista seria igualmente retomado pelos ministros Pedro Freire (Cabo Verde), Paulo Tchipilica (Angola), Daniel Ferreira (Guiné-Bissau), José Ibraima Abodo (Moçambique) e Manuel Vaz (S. Tomé e Príncipe). Laborinho Lúcio (Portugal, ainda durante a sessão da abertura do encontro.

Apesar de não ter podido estar presente, em virtude de estar neste momento a braços com a revisão constitucional, o ministro brasileiro Nelson Jobim fez representar pelo encarregado de Negócios do seu país na Cidade

da Praia. Também ele juntou a sua voz ao grupo na esperança de que os laços entre os "Sete" saiam reforçados desta conferência. A ideia de um encontro regular entre os ministros da Justiça dos países de língua portuguesa data de 1991 e pertence a Portugal, mais concretamente a Laborinho Lúcio, que em Cabo Verde tem agendado um vasto programa que o levará igualmente a S. Vicente, a segunda mais importante ilha do arquipélago.

Ao intervir ontem, durante a sessão solene, Laborinho Lúcio não deixou de se referir ao facto de, enquanto decano dos seus colegas, ser o único "sobrevivente" do primeiro encontro, realizado em Lisboa, e praticamente se despediu dos seus novos pares, numa alusão certamente à situação política em Portugal. "A democracia é um sistema de ideias e não de personalidades", afirmou, para justificar o processo de renovação política e humana por que têm passado os vários países de língua portuguesa. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Continuação da pág. anterior

Analfabetismo por sorteio

duas vagas para os meus filhos." Apesar de revoltada, Maria de Vaase não escondeu um certo alívio. Os miúdos vão poder ir às aulas, ainda que a escola funcione numa velha palhota ou debaixo de uma árvore.

A rede escolar moçambicana, além de exígua, encontra-se em péssimo estado. A maior parte das escolas de alvenaria está em ruínas, sem portas nem vidraças e com os sanitários cronicamente entupidos. O mobiliário foi destruído ou roubado, e os alunos disputam as raras carteiras, ficando a maioria sentada no chão em salas superlotadas. Na Escola Secundária Josina Machel (o ex-líceu Salazar), em Maputo, há actualmente cerca de cinco mil alunos, embora fosse projectada para mil e quinhentos. A Escola Primária Estrela Vermelha, também na capital, conseguiu admitir este ano mais 237 alunos que no ano passado. Para isso, contudo, as turmas foram alargadas para 50 alunos, com naturais efeitos negativos no aproveitamento escolar.

Ainda na tentativa de acolher mais crianças, o curso nocturno atribuiu este ano metade das suas vagas a alunos que não conseguiram lugar no diurno. No entanto, muitos pais poderão optar por interromper os estudos dos filhos, receosos de deixar crianças de 10 ou 12 anos fora de casa à noite, numa cidade onde a violência, a droga e a prostituição de menores aumentam de modo alarmante.

O ministro da Educação disse no dia 20 do corrente que Moçambique deveria erguer anualmente 3500 escolas primárias para poder responder à procura de vagas sempre crescente. Contudo, de 1994 para 1995, só construiu 432. A este ritmo, o país levará mais de uma década apenas para reconstruir as escolas

que a guerra destruiu.

O quadro, por negro que seja, não consegue deturpar abaixo o sólido optimismo de Arnaldo Nhavoto. "Se não é no ano 2000 que teremos toda a nossa população alfabetizada, será no ano dois mil e qualquer coisa, porque esse continua sendo o nosso objectivo", prometeu o ministro, sem contudo precisar como tenciona cumprir. Na Zambézia, o director provincial de Educação, Orlando Pedro, é menos triunfalista. Queixou-se de severos cortes orçamentais em 1994 que reduziram para metade a capacidade de contratação de professores naquela província.

Nhavoto limita-se a falar vagamente em explorar melhor as "possibilidades existentes junto das confissões [religiosas]", que poderão dar um importante contributo, sobretudo ao ensino não formal. Ao cabo de quase 20 anos de proibição, o Governo autorizou novamente as escolas religiosas, mas ainda está relutante em devolver às missões muitas instalações nacionalizadas.

Num país onde o salário mínimo mensal é de 117 mil meticais (cerca de 2500 escudos), o ensino público permanece a única esperança de escolarização para a grande maioria. No colégio Kitabu, a mais conceituada escola privada moçambicana, a matrícula custa 250 mil meticais e as propinas mensais podem ascender a 550 mil. Muito mais caras ainda são as escolas estrangeiras (americana, portuguesa, francesa, sueca, sul-africana...), maioritariamente reservadas aos filhos de expatriados.

"Não estudo mais", diz Vicente Afonso, de 13 anos, que anda a vender linhas de costura na Baixa de Maputo. "O professor disse que eu tinha que pagar 25 mil para continuar na quarta classe." Alfredo, por sua vez, conta: "No outro ano paguei para passar e fui chumbado..." ■

ANGOLA ANSIOSA POR CAPACETES AZUIS — O Governo angolano está ansioso por que a ONU comece já a enviar em Fevereiro os tão desejados capacetes azuis que poderão manter a paz no martirizado país, indicou ontem a rádio oficial, em Luanda, numa altura em que a UNITA, em comunicado citado em Lisboa, pela Lusa, também insistia no "compromisso claro da comunidade internacional para que o Protocolo de Lusaca não descarrile". Entretanto, o Comité dos Nacionais de Cabinda, cujo secretário-geral foi espancado no dia 21, aquando de uma sessão não autorizada, anunciou para amanhã — aniversário do Tratado de Simulambuco, assinado com Portugal — uma manifestação, pelo que as forças policiais destacadas naquela província angolana, encravada entre o Congo e o Zaire, se encontram em estado de alerta máximo.

PÚBLICO, 31.1.95

Burla bancária em Angola...

PÚBLICO, 31.1.95

O TRIBUNAL Supremo de Angola agravou as penas dos condenados do processo de burla e fraude cometido em Benguela no Banco Popular de Crédito (BPC), diz a Lusa. Os factos decorreram entre 1991/92 e o desvio de fundos foi calculado em quase meio milhão de novos kuanzas. Segundo a prova feita em tribunal, que o Supremo aceitou, a burla fez-se com o recurso a um esquema informático que permitia lançar créditos supostos nas contas bancárias dos seis réus, que depois as movimentavam. O Tribunal Supremo agravou as penas que se situam entre os dois e os 14 anos de prisão. ■

... e em Cabo Verde

UM DESFALQUE de milhares de contos cometido por um caixa do Banco Comercial do Atlântico (BCA), que se pôs em fuga, foi noticiado pelo jornal independente "A Semana", editado na Cidade da Praia. O mesmo semanário dá conta dos mais recentes desenvolvimentos do "caso Eugénio Inocêncio", o ex-embaixador de Cabo Verde em Lisboa, criticado pelos gastos excessivos que terá feito no desempenho das funções diplomáticas. Diz o jornal que o Tribunal de Contas fez já um relatório, considerando, diz "A Semana", que terá "exorbitado as suas funções, nomeadamente no que diz respeito à gestão administrativo-financeira". ■

PALOP — o difícil caminho para a democracia



Nuno Teotónio Pereira

PÚBLICO, 31.1.95

Ohediondo assassinato do jornalista Ricardo Melo, ocorrido recentemente em Luanda, veio demonstrar como é difícil a consolidação da democracia em alguns dos países africanos de expressão portuguesa. Esse clima tem paralelo no assassinato do dr. David Bernardino, acontecido no Huambo logo a seguir às eleições, quando a UNITA ainda não tinha tomado pela força o controlo completo da cidade, mas os seus grupos armados espalhavam a insegurança e a instabilidade.

Atribui-se a morte de Ricardo Melo às suas actividades como jornalista independente, ousando denunciar alguns casos da corrupção existente em Angola, e ela insere-se, o que é comprometedor para os governantes, numa série de ameaças e agressões contra jornalistas independentes que trabalham em Luanda.

Do mesmo modo, o assassinato do dr. David Bernardino, prestigiado médico, figura conhecida e admirada no Huambo pela sua dedicação às populações e também ele director de um jornal independente — “O Jango” —, inseriu-se em acusações contra aqueles que teriam porventura influenciado a votação contra a UNITA e foi acompanhado por outros crimes de morte.

Depois de períodos de grande instabilidade e mesmo de guerras civis em Angola e Moçambique, provocadas sobretudo por causas externas, eleições pluripartidárias, consideradas livres e justas pela comunidade internacional, vieram inaugurar regimes democráticos naqueles dois países e na Guiné-Bissau. E é interessante verificar que nestes três Estados, aqueles onde se desenrolaram prolongadas lutas armadas contra o colonialismo, foram exactamente os movimentos de libertação os vencedores dessas eleições, por vezes contra algumas expectativas. É que as populações, que acorreram às urnas de forma exemplar, provavelmente não terão esquecido quem fez a guerra, arruinando os países e provocando incontáveis sofrimentos.

Apesar da corrupção, do nepotismo e da inépcia instalados no MPLA e na Frelimo, eram os respectivos governos o sustentáculo da normalidade da vida. Foram a UNITA e a Renamo que minaram os campos e as estradas, causando milhares e milhares de estropiados, destruíram as pontes, cortando as vias de comunicação e impossibilitando os abastecimentos, assaltaram os viajantes e aldeias, provocando o êxodo maciço das populações.

São conhecidos o que foram os horrores destas guerras em Angola e em Moçambique e o facto incontroverso de a UNITA não ter aceite o resultado das eleições de que saiu vencedora, tomando pela força cidades e vilas e

recomeçando assim, com maior grau de destruição, uma guerra que parecia terminada.

O facto é que as populações deram a sua confiança aos partidos que tinham governado até às eleições, no prolongamento das lutas de libertação nacional de que haviam sido os principais agentes. Mas desta permanência no poder advêm importantes riscos e ela exige a reconversão desses partidos, habituados durante 20 anos a governar em regimes de partido único.

É esta nova atitude que os acontecimentos de Luanda relacionados com jornalistas independentes vêm pôr à prova. Ou os partidos vencedores das eleições são capazes de operar uma profunda transformação nas mentalidades e nas práticas, ou então as eleições não serviram para nada. E essa transformação exige o afastamento dos sectores antidemocráticos e o combate à corrupção.

Para isto há que dar lugar à emergência de uma sociedade civil, ainda muito incipiente e que é indispensável como sustentáculo da democracia. E, para a consolidação dessa sociedade civil, a livre informação é uma condição essencial. O fortalecimento de correntes de opinião diferentes, a existência e a possibilidade de intervenção de organizações não-governamentais para a educação e o desenvolvimento, sindicais, profissionais e empresariais, a existência de meios de informação e de comunicações independentes são condições para que essa sociedade civil possa afirmar-se.

Os novos governos da Guiné, de Angola e de Moçambique devem estar conscientes de que está à prova a sua sinceridade de viver em democracia. E que os partidos que ganharam as eleições têm uma nova missão histórica a cumprir, não menos importante do que foi a conquista da independência nacional: a instauração de uma sociedade mais livre, mais justa e mais desenvolvida.

Aqueles que acompanharam solidariamente as lutas de libertação nacional estarão atentos a estas novas exigências e não deixarão de emitir os seus juízos no futuro. E, em primeiro lugar, os próprios povos interessados, agora chamados a pronunciar-se periodicamente para eleger os seus governantes.

É neste quadro que o assassinato de Ricardo Melo e as ameaças a jornalistas ganham uma dimensão dramática; para além da perda de uma vida, é todo o destino de um país que está em causa. Bem fez a Assembleia da República em repudiar o acontecimento com um voto de pesar e de protesto. E bem triste foi a posição do PCP em abster-se nesse voto. Também este partido — como tem acontecido tantas vezes — joga com dois pesos e duas medidas quando se trata de atitudes de protesto ou de indignação. ■



• ASSINE JÁ •



• ASSINE JÁ •



LIGUE 531-2000 RAMAL 259

CONJUNTO
UNIVERSITÁRIO
CANDIDO MENDES

Depois da morte de Ricardo de Melo

Jornalistas angolanos pedem asilo a Pretória

PÚBLICO, 1.2.95

PELO MENOS três jornalistas angolanos pediram asilo na África do Sul na sequência do assassinio em Luanda de Ricardo de Melo, na altura director do "Imparcial Fax", anunciou ontem em Joanesburgo o jornal diário sul-africano "The Star". Uma porta-voz do Ministério sul-africano dos Negócios Estrangeiros afirmou que tem conhecimento destas informações, mas escusou-se a desenvolver, remetendo para a primeira secretária da embaixada da África do Sul em Luanda, Antoinette Rademan.

Contactado pela Lusa, o encarregado de negócios sul-africano em Luanda, Roger Ballard-Tremier, fez ler uma declaração — escusando-se a pormenores — dizendo que "nenhuma abordagem foi feita ao governo sul-africano pelos elementos referidos e nenhum pedido de visto foi recebido dessas pessoas".

Rademan é citada pelo periódico a afirmar que, além dos três jornalistas não identificados, a mulher e o filho de Ricardo de Melo estão igualmente à procura de protecção sul-africana.

"Muitos jornalistas na

capital angolana acreditam que a morte de Ricardo de Melo foi obra de extremistas comunistas no seio do governo de Luanda", refere o diário. "Ele trabalhava para a publicação 'Imparcial Fax', de grande circulação na comunidade diplomática".

O "The Star" refere ainda que o jornalista assassinado fora proeminente na divulgação de pormenores de corrupção do governo e militares angolanos, incluindo o alegado contrabando de diamantes pela mulher do presidente José Eduardo dos Santos.

Rademan afirmou que a embaixada endossou entretanto este pedido de asilo à associações de jornalistas na África do Sul, que pudessem de alguma forma apoiar os seus colegas, não tendo até aqui recebido qualquer resposta.

"Penso que eles estão à procura de lugar para repousarem por algum tempo", adiantou a diplomata.

Após sublinhar que a morte de Ricardo de Melo "chocou a imprensa alternativa" estabelecida em Luanda (e não só), o "The Star" cita declarações de um jornalista angolano não identificado, referindo que "muitos têm sofrido ameaças; eu próprio as recebi, tenho amigos nas forças de segurança e eles aconselharam-me a deixar o país, por algum tempo, para minha própria segurança". "Eles avisaram-me que o Ricardo estava no topo da lista", conclui a citação e a notícia do periódico sul-africano. ■

Comandantes angolanos reúnem-se

PÚBLICO, 1.2.95

OS CHEFES dos estados-maiores das Forças Armadas Angolanas e das forças armadas da UNITA, generais João de Matos e Arlindo Chenda Pena "Ben Ben", vão reunir-se quinta-feira na localidade de Wukungo, no Cuanza Sul — foi ontem revelado em Luanda. Os dois militares já se encontraram no dia 10 em Chipipa (Huambo) para encontrar meios de cumprimento integral do cessar-fogo em vigor desde 22 de Novembro de 1994 e concordaram em fazer novos esforços para acabar com as acções militares. Forças dos dois lados têm continuado a envolver-se regularmente em recontros, pelos quais se responsabilizam mutuamente. O representante especial do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye, tem procurado retirar-lhes importância, mas a sua ocorrência continua a indicar que a trégua é muito frágil. ■

Marinha sul-africana pode crescer

PÚBLICO, 1.2.95

O MINISTRO da Defesa sul-africano, Joe Modise, disse ontem que ainda não foi tomada qualquer decisão sobre a possível aquisição de quatro novos navios de guerra para a Marinha daquele país. Modise afirmou a que a decisão sobre os navios — corvetas com a dimensão das fragatas europeias — ainda estava suspensa e só se vai saber alguma coisa depois da aprovação do orçamento geral do Estado. Recorde-se que os membros do partido do Governo (ANC) têm vindo a pedir que se gaste menos dinheiro em armas e mais dinheiro em projectos sociais. ■

UNITA troca armas por comida

PÚBLICO, 2.2.95

GUERRILHEIROS famintos da UNITA estão a trocar armas por alimentos em aldeias zambianas na fronteira com Angola — revelou ontem em Lusaca a polícia da Zâmbia. Nos últimos dias, na aldeia de Senanga, foram recuperadas nove espingardas AK-47, entregues a troco de comida, segundo os aldeões, por combatentes da UNITA. A Zâmbia considera que esta tendência "é um risco para a segurança do nosso país". ■

Nomeação de Pretória causa embaraço no MNE

PÚBLICO, 2.2.95

A NOMEAÇÃO do conservador Tom Langley para o cargo de embaixador da República da África do Sul em Lisboa criou embaraço no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português. O ministro Durão Barroso deixou transparecer isso mesmo ontem de manhã, durante uma reunião com a Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, na Assembleia da República.

A presença do ministro na comissão parlamentar foi aproveitada pelo deputado Miguel Urbano (PCP) para o confrontar com a escolha de Pretória, que recaiu sobre um antigo militante do Partido Conservador e da organização secreta Afrikaner Broederbond e actual dirigente da frente da Liberdade. Embora prudente, Durão Barroso não deixou de dar uma resposta à pergunta, que nada tinha a ver com o assunto que o levava ao Parlamento, assegurando ao deputado comunista que a indicação de Langley será cuidadosamente avaliada nas Necessidades.

Se vier a receber o "agrément" de Lisboa para substituir o embaixador Peter Swa-

nepoel, com regresso a Pretória marcado para Março, Tom Langley será o único dirigente da Frente da Liberdade a chefiar uma representação diplomática sul-africana.

A Frente da Liberdade integra a Aliança da Liberdade, organização que, segundo declarou o ainda membro do Partido Conservador Tom Langley perante as câmaras da televisão nacional sul-africana em Fevereiro do ano passado, estava empenhada em comprometer as primeiras eleições multiraciais na África do Sul.

A escolha de Langley para Lisboa corresponde a uma das treze nomeações feitas pelo Presidente Nelson Mandela na última semana. As opções de Mandela geraram controvérsia e descontentamento no MNE sul-africano, que esperava ver mais diplomatas de carreira entre os escolhidos.

O caso de Tom Langley atraiu atenções suplementares dada a importância de que se reveste a embaixada em Lisboa, sobretudo tendo em vista a importância de Angola no quadro da política externa dos dois países. ■

O imenso Arquipélago

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA

O novo trabalho de Cesária Évora, intitulado simplesmente "Cesária", é lançado em Paris e Lisboa no próximo dia 8. Esperado há algum tempo, "Cesária" tem tudo para repetir e até ultrapassar o sucesso de "Miss Perfumado", o disco mais vendido da história da música luso-africana, com sucessivas edições que estão quase a perfazer os duzentos mil exemplares. O PÚBLICO ouviu o disco e falou com Paulino Vieira, multi-instrumentista, responsável pelos arranjos e realização do álbum, a estrela oculta de "Cesária".

PÚBLICO, 2.2.95

houve um dia, já não sei exactamente quando, que comecei a perder a fé em Cesária Évora. Suspeitava de que o projecto que a tem levado a colher aplausos em todos os palcos do mundo estivesse esgotado. Receava que não fosse possível repetir o modelo de "Mar Azul" e "Miss Perfumado".

Os dois espectáculos da cantora na capital portuguesa — o primeiro em Maio de 1993 e o segundo em Outubro de 1994 — contribuíram seguramente para o desencanto que atingiu muitos dos seus admiradores. Em ambas as ocasiões, a desesperada nostalgia das mornas de B. Leza não conseguiu contaminar as almas, o calor das coladeiras não arrebatou ninguém para a dança. O público — maioritariamente branco e português, arrastado até ao Teatro Municipal de São Luiz, em 1993, ou à Aula Magna no ano seguinte pela curiosidade provinciana de escutar a voz que os franceses haviam consagrado — permaneceu distante.

A natureza intimista da música popular das ilhas também não parece apropriada aos grandes palcos. E Cesária, que durante trinta anos cantou de bar em bar, sente alguma dificuldade em recriar, em Paris ou Lisboa, a serena magia das noites do Mindelo.

Na Aula Magna, confron-

tado com a exuberância de Paulino Vieira, ao piano, e a contenção de Dona Morna, comecei a alimentar suspeitas mais graves — quanto tempo é que uma voz esplêndida mas pouco criativa e o recurso a músicos brilhantes mas inevitavelmente amarrados a um repertório reduzido à estreita dimensão das ilhas, quanto tempo é que um modelo como este poderia resistir?

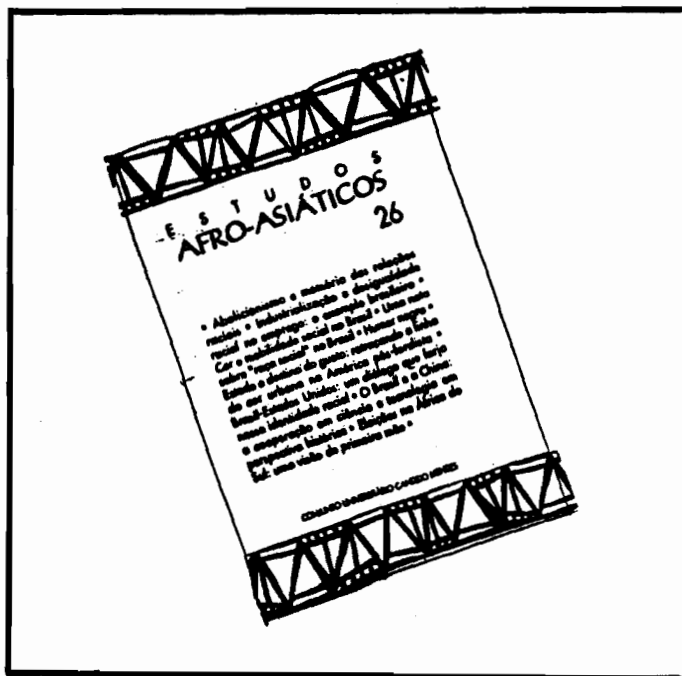
"Cesária", o disco que a Lusáfrica se prepara para lançar em França e Portugal (depois de já o ter feito em Cabo Verde), veio pôr fim a estas dúvidas. Aos 53 anos, Cesária Évora grava um disco que surpreende como se fosse o primeiro. Talvez a voz da cantora tenha perdido, desde o insuperável "Mar Azul", um pouco de luz e de calor. E é forçoso reconhecer que nunca se distingue pela novidade das interpretações. Pouco importa. A verdade é que este disco brilha como um metal recém-polido à luz branca do sol. Como explicar tal prodígio?

**Valsas crioulas
e outros surpresas**

Vamos por partes. Em primeiro lugar, parece justo retirar da sombra a figura esquiada de Paulino Vieira. Responsável pelos arranjos e a realização do álbum, a ele se deve este milagre da transformação do velho em novo, do ferro em ouro. Nascido na

cado em Paris, é outra presença importante neste disco. Barbosa, cujo encontro com a música de Cabo Verde aconteceu pela primeira vez em 1990, no álbum "Funaná", dos Finaçon, assina alguns diálogos magníficos com a harmónica de Paulino Vieira. O acordeão é um instrumento com alguma tradição em Cabo Verde, sobretudo no interior da ilha de Santiago, entre os tocadores de finaçon. Não costuma, porém, servir de suporte a ritmos urbanos como a coladeira. Neste disco, parece não ter nascido para outra coisa.

Mas a principal razão por que "Cesária" consegue arrebatar e surpreender — quando já nenhuma surpresa parecia possível — tem a ver com facto de Cabo Verde não se resumir às suas fronteiras naturais. Antigo entreposto de escravos, depois importante porto de reabastecimento de navios, o arquipélago crioulo recebeu, ao longo dos séculos, gente vinda de toda a parte. Africanos e portugueses, é claro, mas também ingleses (sobretudo no Mindelo), franceses ou espanhóis. A extraordinária riqueza cultural das dez pequenas ilhas radica precisamente no caldeamento de experiências tão diversas. O fenómeno da emigração, longe de contrariar este processo, apenas o acrescentou. Espalhado por todo o mundo mas mantendo com o seu chão de origem uma relação estreita, os cabo-verdianos continuam no exterior a criar mestiçagem. ■



Três sentenças diferentes para "A Semana"

O JORNALISTA Jorge Soares, antigo director do jornal "A Semana", foi na terça-feira absolvido pelo Tribunal da Praia em dois processos de injúria e difamação e condenado num terceiro do mesmo tipo por ter permitido a publicação da carta de um leitor em que se criticavam certas atitudes do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas cabo-verdianas.

Em declarações ao PÚBLICO, Jorge Soares revelou-se satisfeito com a sua absolvição nos dois processos e, ao mesmo tempo, inconformado e surpreso com o desenlace do terceiro, tendo revelado que ele e o seu advogado Rui Araújo irão recorrer da sentença para o Supremo Tribunal de Justiça.

Julgados pela juíza Fátima Coronel, os dois processos em que Soares e "A Semana" foram absolvidos tinham como queixosos o presidente da Assembleia Nacional, Amílcar Spencer Lopes, e o antigo ministro do Turismo, Indústria e Comércio, João Higinio do Rosário (ver PÚBLICO de 13-01-95).

No primeiro caso, tudo ficou a dever-se à notícia divulgada por aquele semanário, segundo a qual, no âmbito do processo de divisão interna que assolou o MpD, Spencer Lopes mandara retirar o automóvel de função a

um dos seus secretários, em virtude de este se ter posicionado a favor da ala do antigo ministro da Justiça Eurico Monteiro, adversário do primeiro-ministro Carlos Veiga e do próprio presidente do parlamento cabo-verdiano.

O segundo caso relaciona-se também com uma notícia segundo a qual, por altura do processo da liberalização da importação do cimento — uma medida que beneficiou directamente um dirigente e parente do primeiro-ministro cabo-verdiano — João Higinio do Rosário teria afirmado no decorrer do inquérito parlamentar solicitado pela oposição que a referida medida tinha sido um erro, facto, entretanto, desmentido pelo governante.

Por se tratar de assuntos de relevante interesse público, o que suscitou na altura informações e rumores mais diversos, o tribunal acabou por concluir que não houve intenção por parte do jornal e do seu director em difamar ou caluniar os queixosos.

Curiosamente, o terceiro processo parecia ser o mais fácil de todos, tendo "A Semana" na sua edição de 9 de Janeiro dado como praticamente certa a sua absolvição, em virtude de o advogado do verdadeiro autor do texto ter assumido a paternidade do mesmo. Neste caso o queixoso era o chefe de Estado

Maior das Forças Armadas, major Ederlindo Rubeiro, que recentemente passou à reforma.

Em relação a este processo, a juíza Fátima Coronel considerou ter havido "comprovada injúria" pelo que Jorge Soares foi condenado a quatro meses de prisão convertível em multa à razão de 600 escudos diários e ainda a pagar ao queixoso uma indemnização de cerca de 200 mil escudos.

Inocência admite culpa

Um dia antes destas sentenças, "A Semana" noticiou entretanto que o antigo embaixador cabo-verdiano Eugénio Inocência pode ser condenado a repor os dinheiros gastos indevidamente por si durante o tempo em que esteve à frente da embaixada cabo-verdiana em Lisboa. Segundo a mesma edição do jornal, o Tribunal de Contas confirmou os factos trazidos a público há cerca de dois anos por aquele semanário, tendo o próprio Inocência admitido a possibilidade de devolver ao Tesouro os montantes gastos por si.

"Ao que tudo indica", escreve "A Semana", "longe de refutar as acusações, o ex-embaixador Eugénio Inocência não só as aceitou, admitindo a possibilidade de repor o dinheiro, como

também apontou outros eventuais co-responsáveis do Governo e da Administração.

Entre os tais "co-responsáveis" estão o primeiro-ministro Carlos Veiga e os antigos ministros dos Negócios Estrangeiros, Manuel Chantre, e das Finanças e do Planeamento, José Tomás Veiga, para além do ex-secretário de Estado das Finanças, Ulpio Fernandes, e o Director-Geral do Orçamento, Floresvindo Barbosa.

Eugénio Inocência demitiu-se das funções de embaixador em Dezembro de 1993 na sequência das denúncias de que estaria a desbaratar os recursos da sua embaixada. Só em vestuário foi acusado de ter gasto no ano de 1992 mais de três mil contos, fora outras despesas não previstas pela lei.

O mais bizarro em toda esta história foi o esforço do próprio Governo, na pessoa do primeiro-ministro, que tudo fez para encobrir o escândalo. Uma investigação parlamentar foi feita, tendo no fim praticamente perdoado os exageros do embaixador; e o inspector do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Daniel Benoni, que detectou as irregularidades do ex-diplomata, foi sumariamente despedido. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Paulino Vieira entrevistado em Paris

"A MÚSICA É O MEU DESCANSO"

PÚBLICO, 2.2.95

"O trabalho com a Cesária não me deixa tempo nenhum", lamenta-se Paulino Vieira, a alma oculta do último álbum de Dona Morna. Arrancado da cama pelo telefonema do PÚBLICO, diz que nem é capaz de se lembrar das inúmeras cidades por onde passou, em digressão, nos últimos meses: "Apanham-nos no hotel, levam-nos para o aeroporto; vão buscar-nos ao aeroporto, levam-nos para um hotel. Vão-nos buscar ao hotel, levam-nos para uma sala de espectáculos. A maior parte das vezes nem sei onde estou." Agora vai ter um pouco mais de tranquilidade. Cesária Évora começou nesta semana a ensaiar os temas do novo disco, preparando a próxima digressão, e, por isso, Paris vai ser, durante algum tempo, a sua base de trabalho.

O que faz quando não tem mais nada para fazer? "Toco. Quando estou cansado, pego num instrumento e descanso. Quando estou aborrecido, porque um espectáculo não correu como eu gostaria, fecho-me no meu quarto e toco."

Diz que gostou de trabalhar em "Cesária". Foi sua a ideia de colocar um acordeão em alguns dos temas e, sobretudo, no irresistível "Consedjo", de Ramiro Mendes: "Lembrei-me dos piqueniques, quando era criança. Quem organizava esses piqueniques eram os padres e tocava-se acordeão. Além disso, acho que aquela melodia é um pou-

co influenciada pela música argentina e, por isso, pensamos no Raoul Barbosa."

Não é difícil fazer arranjos para temas que já foram popularizados por outros intérpretes — o caso de "Rocha 'Scribida", que o angolano Bonga canta, de forma fabulosa, num dos seus melhores álbuns de sempre, "Kandandu"; ou "Nha Cancera ka tem Medida", interpretado pelos Tubarões? "Trabalhar em arranjos de música é como jogar uma partida de cartas com um amigo. São 40 cartas mas o jogo nunca é o mesmo, nunca se repete. Desenvolve-se conforme o adversário. É a mesma coisa com a música. Consoante o artista canta, consoante a sua sensibilidade, assim eu trabalho a música."

Paulino Vieira tem trabalhado não apenas com músicos de Cabo Verde, mas também com angolanos, guineenses e moçambicanos. "Estou igualmente à vontade a tocar com um músico angolano, como estou com um cabo-verdiano. Em criança, ouvi muita música angolana e fui captando essas raízes. Hoje, sinto essa música como se fosse minha."

Entre os inúmeros projectos, há um, muitas vezes adiado mas que, nos últimos tempos, tem progredido: editar um disco inteiramente seu, isto é, com temas de sua autoria e cantado e tocado por ele: "O disco já foi gravado no Angels Studio, em Lisboa. Agora estou na fase da mistura. Tem a ver com as músicas que se tocavam quando eu era criança. Já se tocavam mornas e coladeiras, mas também havia o lundum, músicas de casamento e outras coisas mais. Tenho uma morna dedicada ao meu pai e outro tema que escrevi a pensar na minha aldeia, Praia Branca." Recebeu também um convite para trabalhar no primeiro disco de Sara Tavares: "Uma menininha muito adulta, que sabe o que quer e com imenso talento." ■ J.E.A.

Comandos angolanos reuniram-se ontem em Waku Kungo

Grosso dos capacetes azuis só provável em Maio

Jorge Heitor

O Conselho de Segurança das Nações Unidas prepara-se para aprovar na próxima semana os tão desejados milhares de capacetes azuis para Angola, mas não se julga muito possível que os batalhões escolhidos estejam inteiramente operacionais antes de Maio. Entretanto, militares do Governo e da UNITA voltaram a reunir-se.

No relatório do secretário-geral Butros-Ghali ontem presente ao Conselho de Segurança, para que no dia 8 aprove o envio de cerca de sete mil capacetes azuis para Angola, admite-se que a chegada irá ser escalonada até ao mês de Maio e que, mesmo assim, só se concretizará na íntegra se houver uma sincera vontade política das partes mais directamente envolvidas.

Ou seja, dentro de cinco dias o Conselho de Segurança poderá muito bem determinar o envio de seis batalhões de infantaria e de três unidades de apoio logístico para solo angolano, por 12 meses, mas no melhor dos casos só daqui a um trimestre é que sete mil capacetes azuis estarão efectivamente operacionais no terreno, para se cumprir na íntegra tudo o que estipula o Protocolo de Lusaca.

Divulgado horas antes de os estados-maiores das Forças Armadas Angolanas (FAA) e da UNITA se reunirem em Waku Kungo, no Cuanza Sul, para darem seguimento à sessão do mês passado na localidade de Chipipa, província do Huambo, o relatório de Butros-Ghali insiste na necessidade de o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi conferenciarem.

Desde Outubro do ano passado, pelo menos, que o representante local do secretário-geral, o maliano Alioune Blondin Beye, tenta organizar essa reunião de alto nível, que em princípio tinha como um dos obstáculos — aparentemente já ultrapassado — o grande receio do chefe da UNITA em se deslocar a Luanda, onde no ano de 1992 foram mortos alguns dos seus principais colaboradores.

A partir de Abril ou de Maio, quando os operacionais e os observadores militares da ONU estiverem todos em Angola, haverá um período de três meses para a retirada formal das tropas da UNITA das áreas por ela ocupadas, como o Bailundo, a efectiva verificação e fiscalização das zonas desocupadas e a verificação e fiscalização das tropas do Governo. Será nesse trimestre que se deverão organizar áreas de aquartelamento, itinerários e identificação de meios para a movimentação das unidades da UNITA até às posições de aquartelamento, que deverão ser pelo menos 12.

De acordo com o que se lê no Protocolo de Lusaca e no relatório do secretário-geral Butros-Ghali agora divulgado, é de admitir que em meados deste ano as tropas da UNITA se movimentem para as áreas de aquartelamento, a fim de posteriormente — lá para Agosto ou Setembro — serem integradas nas FFAA, com desmobilização dos excedentes.

Até agora, de Novembro para cá, ainda só se verificou o restabelecimento do cessar-fogo em Angola, faltando desarmar toda a população civil, formar a terceira Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem III), com muito mais efectivos do que as anteriores, repatriar todos os mercenários existentes e libertar todos os prisioneiros civis e militares detidos ou retidos em consequência da guerra.

Desde que cessaram as hostilidades, tem havido por vezes alguma confusão sobre se o essencial é a chegada de um número substancial de capacetes azuis ou se estes só chegam depois de estabelecidos mecanismos de verificação, fiscalização e controlo do cessar-fogo, incluindo um sistema triangular de comunicações e questões logísticas.

Verificar a operacionalidade de tal sistema de comunicações.

que em certas fases tem demonstrado falhas, foi precisamente um dos objectivos da reunião de ontem entre os chefes de estado-maior de um e outro lado, respectivamente João Baptista de Matos e Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben". Bem como movimentar as respectivas forças para posições em que já não se possam digladiar.

A ONU não queria passar da Unavem II, de âmbito restrito, para a Unavem III, de maior envergadura, sem que houvesse

o desengajamento limitado das forças do Governo e da UNITA, que no seu conjunto totalizam perto de 200 mil homens, pois que ainda há um mês elas estavam por vezes a umas meras centenas de metros umas das outras, sempre com o perigo de incidentes.

No novo quadro que se desenha, um contingente importante de capacetes azuis é aprovado, mas só irá chegando progressivamente à medida que se provar que os estados-maiores angolanos estão mesmo a fazer cumprir tudo aquilo que decidem e que as duas partes se encontram efectivamente na via de uma completa reconciliação.

A principal base logística da Unavem III será na cidade portuária do Lobito, na província de Benguela, com quartéis regionais no Huambo, Lubango, Luena, Menongue, Saurimoe Uíje. ■

PÚBLICO, 3.2.95

Xenofobia entre os negros

A CRESCENTE xenofobia entre sul-africanos negros começa a preocupar a liderança do ANC, movimento que detém a maioria das pastas no Governo de Unidade Nacional formado

Ainda na quarta-feira, os militares anunciaram haver recolhido mais de 900 granadas de mão, 300 minas, 70 espingardas de assalto AK-47 e outras armas de fogo, muitas das quais teriam pertencido à ala militar do ANC, durante os tempos de combate no apartheid.

Nos últimos anos, milhões de cidadãos dos países vizinhos vieram para a África do Sul à procura de trabalho, segurança e uma vida mais estável. Alguns completaram as formalidades legais, mas a maioria comprou documentos falsos ou vive no receio de ser deportada.

A xenofobia resulta diretamente do altíssimo índice de desemprego entre as populações negras da África do Sul, que constituem cerca de três quartos dos 40 milhões de habitantes do país. Os naturais alegam que os imigrantes ilegais "não

têm orgulho" e aceitam qualquer salário com receio de serem deportados, tomando assim — essencialmente moçambicanos e zimbabweses — os empregos dos sul-africanos.

Na semana passada, dois moçambicanos quase morreram depois de haverem sido espancados na zona de Alexandria, subúrbios de Joanesburgo, apenas por serem estrangeiros. Várias famílias foram expulsas de suas casas somente porque falavam com um "sotaque diferente". E há policiais negros a perseguir nas ruas indivíduos cuja pele parece mais escura do que a da população local ou que têm uma manseira diferente de se comportar.

Dívida de gratidão

A onda de xenofobia está a criar uma situação difícil para os dirigentes do ANC, muitos dos quais foram alojados durante anos nas capitais dos países vizinhos.

Quando a discriminação

racial era regra na África do Sul, ainda há seis anos, milhares de adversários do apartheid foram bem recebidos noutros países africanos, que frequentemente sofreram por se terem manifestado hostis a Pretória.

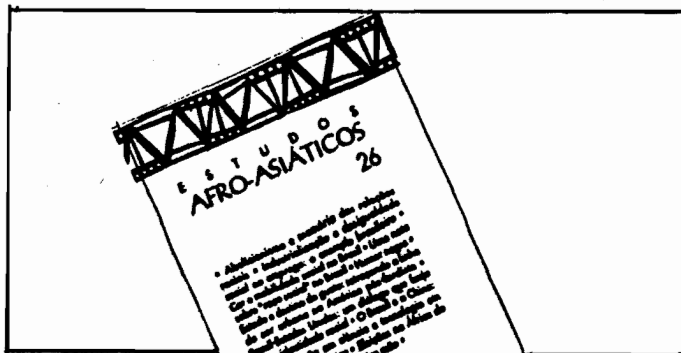
O Exército sul-africano lançou ataques contra instalações de exilados nesses países. Muitos cidadãos do Zimbábue, Moçambique, Botswana, Namíbia, Angola e Zâmbia morreram por serem contra o apartheid. Por isso, o movimento presidido por Nelson Mandela sente-se mal entre a dívida de gratidão para com os demais africanos e as exigências agora feitas pelos milhões de desempregados existentes dentro do próprio país.

Este é um dos numerosos problemas que se levantam ao Governo de Unidade Nacional altamente representativo, que há nove meses foi formado na África do Sul, pelo ANC, Partido Nacional e Inkatha, com uma vigência estipulada de cinco anos. E as autoridades terão de o resolver sem ignorar demasiado o sentimento da população local nem ofender abertamente outros países negros.

Steven Lang
em Joanesburgo

APELO CONTRA CENSURA EM ANGOLA — O Instituto para a Imprensa na África Austral, um organismo regional para a promoção da liberdade de imprensa, apelou, ontem, em Joanesburgo, ao Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, para que liberte os jornalistas do seu país das “algemas da censura, intimidação, violência, terror e controlo político”. De acordo com a Lusa, em carta dirigida ao Presidente angolano, aquele instituto manifestou também a sua angústia pelos perigos que os jornalistas enfrentam em Angola, assim como pela falta de liberdade da imprensa que se verifica naquele país.

PÚBLICO, 3.2.95



Portugal na paz de Moçambique

EXPRESSO, 4.2.95

NO ÚLTIMO dia 27, em reunião em Nova Iorque, as Nações Unidas deram por findo o processo de paz em Moçambique. O Conselho de Segurança da ONU reconheceu mais uma vez ter sido levado a bom termo um processo de paz em que o sistema das Nações Unidas assumiu um papel a vários títulos de excepção. Afigura-se-me, por isso, ser este um momento oportuno para partilhar algumas reflexões e divulgar alguns dados, porventura ainda não justamente valorizados, relativamente à contribuição de Portugal para este processo.

A generalizada paralisação e a quase total destruição da maior parte das estruturas produtivas do país, bem como os graves desequilíbrios no tecido social e no povoamento do território, criados pelo prolongado conflito e pelo consequente movimento migratório, que envolveu mais de dois milhões de deslocados e refugiados de guerra, vieram dar o sinal, à Frelimo, à Renamo e à comunidade internacional, de que chegara o momento de calar as armas e dar uma hipótese à paz. Contrariamente à posição portuguesa (que sempre preconizou uma solução global para o conflito como a única susceptível de alcançar uma paz estável e de propiciar um desenvolvimento equilibrado do país), acabaram por prevalecer os interesses internacionais ligados à livre circulação de bens através do território moçambicano e que conduziram a um Acordo Parcial de Paz, visando sobretudo criar condições de segurança nos «corredores» de Maputo, da Beira e de Nacala.

A breve trecho, porém, se revelou inadequado este tipo de acordo e inoperante a estrutura de monitorização (COMIVE) por ele criado, o que conduziu a que se encetassem negociações no sentido de se evoluir para um Acordo Geral de Paz [AGP]. Depois de longas hesitações e vicissitudes, alimentadas por surdos interesses de terceiros, Portugal veio a ser con-

I. M. BRIOSA E GALA*

vidado para participar como observador no processo.

Em boa hora interviemos. Com efeito, a postura que então soubemos assumir e o papel que fomos desempenhando no desenrolar das negociações de Roma (papel que, por imposição ética e preocupação de eficácia político-diplomática, entendemos, na altura, manter discreto) mereceram de tal modo a confiança das delegações da Frelimo e da Renamo que a equipa de observação portuguesa foi progressivamente chamada a uma crescente intervenção na procura dos mecanismos mais adequados para a resolução dos graves problemas em negociação.

Foi assim que Portugal veio a ser convidado a integrar todas as comissões criadas pelo AGP (Roma, Outubro de 1992), a começar pela mais importante, a Comissão de Supervisão e Controlo [CSC], a Comissão de Cesar-Fogo [CCF], a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique [CCFADM] e a Comissão de Reintegração [CR], e a ser incumbido da formação de importantes sectores das novas FA.

Em Dezembro de 1992, dois meses após a assinatura do AGP, tinha lugar em Roma uma importante Conferência de Doadores, com o objectivo de aumentar, coordenar e potenciar os apoios da comunidade internacional para as diversas áreas do processo de paz, sistematizadas, por proposta das Nações Unidas, em dois vastos programas: um de apoio ao processo eleitoral, outro visando a reintegração social dos militares desmobilizados, deslocados e refugiados de guerra.

Chefiei a delegação portuguesa a esta Conferência e anunciei, em nome do Estado português, uma importante contribuição financeira para o processo de paz. A nossa contribuição viria a ser concretizada em participações financeiras (muito diversificadas, incluindo a participa-

ção no «trust fund» das Nações Unidas para apoio a participação da Renamo nas eleições), em assistência técnica, em formação e em fornecimento de material e equipamento.

Deve sublinhar-se que, só em 1993, Portugal contribuiu para os diversos programas do processo de paz com mais de meio milhão de contos.

Sob a coordenação da CIC (Comissão Interministerial para a Cooperação), pudemos contar com a assistência técnica e com as significativas contribuições financeiras dos ministérios mais directamente envolvidos nas diversas componentes deste processo: Defesa Nacional, Administração Interna, Justiça, Emprego e Segurança Social, Saúde e Agricultura.

Mas não interviemos apenas ao nível público. Um número significativo de organizações não-governamentais (ONG) portuguesas disponibilizou os seus serviços para Moçambique e mereceu o apoio financeiro da Cooperação, bastando referir que cerca de 1/5 do contributo anunciado na Conferência de Roma veio a ser afectado a projectos e acções de ONGs nacionais. Pela dimensão financeira, continuidade no tempo, sobretudo, pela qualidade técnica, alguns desses projectos são co-financiados pela Comissão Europeia.

Destaco a contribuição para o que poderemos designar por componente militar do processo de paz, e faço-o naturalmente pela qualidade e eficiência que revestiu e que por todos foi reconhecida, mas também pela visibilidade internacional que deu ao empenhamento de Portugal em contribuir para os esforços de prevenção de conflitos e de manutenção da paz no mundo, designadamente pela participação em forças de paz das Nações Unidas. Portugal participou na Onu-moz com um batalhão de transmissões e na Civpol com 60 oficiais de polícia.

Para além disso, o país veio a ser incumbido com a França e o Reino Unido de prestar assistência militar e de

participar na formação das novas Forças Armadas, tendo neste processo um papel unanimemente reconhecido como determinante, o que levou inclusive a ter de corresponder a solicitações não previstas inicialmente.

Espera-se que a cooperação militar desenvolvida no âmbito do processo de paz possa agora intensificar-se e ganhar novos contornos no quadro da legalidade democrática emergente das eleições.

Ao lado desta componente, o outro pilar determinante do processo moçambicano foi a assistência ao processo eleitoral. Também aqui a nossa participação foi diversificada: para além do apoio financeiro, técnico e formativo e de assegurarmos diversos cargos nas estruturas do processo eleitoral, enviámos cerca de 44 observadores, 30 dos quais integrados na missão de observação eleitoral da UE.

Não obstante o esforço que representou este programa de apoio ao processo de paz, em termos de capacidade organizativa e coordenação e de mobilização de recursos humanos e financeiros, prosseguimos paralelamente (e em algumas áreas intensificamos) a cooperação bilateral normal nos domínios socio-cultural e técnico-económico. Lembremos como exemplo as acções empreendidas na promoção e na divulgação da língua e da cultura portuguesas pelo Instituto Camões e pelo Instituto da Cooperação Portuguesa (centros de produção de televisão, envio de «formadores de formadores», abertura de novas escolas e de centros culturais) e a nossa participação no empreendimento de Cahora Bassa.

Ao contrário do que alguns parece terem interesse em afirmar, Portugal participou, como ficou demonstrado, activamente em todo o processo de paz moçambicano. E, mais, fez-o de forma que determinasse, vale a pena lembrar, por exemplo, que o actual ministro da Economia foi o primeiro governante de um país ocidental a encontrar-se com o líder da

Renamo. Estivemos na primeira linha das próprias negociações, da defesa do envio atempado do dispositivo das Nações Unidas para o terreno e tivemos uma acção político-diplomática sistemática e continuada, em diversas capitais, com o fim de sensibilizar a comunidade doadora para o apoio a Moçambique.

Na UE foi a iniciativa política de Portugal de que se viesse a adoptar uma acção comum para Moçambique que conduziu à concretização (sob nossa proposta) da Eumoz, a missão de observadores da UE das eleições em Moçambique.

Ao longo de todo o processo, a acção de Portugal visou privilegiar o respeito pelo princípio da soberania dos moçambicanos na determinação do seu destino, em detrimento do público apreço de soluções tidas por «mais correctas», de posições de radicalidade ou de manobras de pressão ilegítima sobre as partes. Esta atitude permitiu-nos, discretamente, obter a confiança e o reconhecimento que sempre encontramos junto do Governo e da Renamo.

O processo previsto nos Acordos de Roma terminou formalmente e cumpriu os fins imediatos, como foi reconhecido na reunião do Conselho de Segurança de 17 de Janeiro. Há agora um longo caminho a percorrer na consolidação da paz, da democracia e do desenvolvimento. É por isso que Portugal subcreve o apelo para que a comunidade internacional não vire as costas àquele país; que iremos participar interessadamente nos debates do Grupo Consultivo de Paris; e que continuaremos a defender a acção e o comprometimento da nossa Cooperação ao apoio ao seu desenvolvimento. Foi essa a posição que defendemos no último Conselho de Ministros de Desenvolvimento em Brasília e, há dias, também no PRAN, o nosso primeiro consultivo anual do PRAN.

Secretário de Estado da Cooperação

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

OF WEST P

IX-17

35

CA

I M P R E S S O